

Passos decisivos numa empresa editorial

João Luís Lisboa e Daniel Melo

CHAM, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES E DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA,
FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
CHAM, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Estava-se na primeira década do século XX. A figura do editor profissional já despontara em Portugal, mas muitos livros continuavam a ser publicados – na ordem das centenas de títulos em cada ano – com a chancela de dezenas de tipografias, por iniciativa sua, dos autores ou de gente com ideias mas sem estruturas. Nesse cenário, a actividade editorial era também desempenhada por muitas livrarias e papelarias. Aquilo que se constata é um processo paralelo, já iniciado no século XIX, de atomização do acto de editar, com iniciativas e encomendas espalhadas por tipografias, novas e antigas, e simultaneamente de consolidação de algumas empresas. Mas, para além da ordem de grandeza do sector, também nos nomes das empresas portuguesas que se dedicam à edição se pode ver os contornos desta paisagem.

A maioria das empresas é identificada por um nome de família. Em segundo lugar, muitas dezenas identificam-se como tipografias, imprensas, litografias. Em menor número, embora ainda na casa das dezenas, encontramos livrarias e papelarias. Editoras que se chamem editoras são poucas ou discretamente referidas. É exemplo a Guimarães, que nesses anos oscila entre chamar-se Livraria Editora Guimarães ou Guimarães Editores. A livraria Tavares Cardoso por vezes é referida como Livraria e Editora, e a “Portugal Brasil” também surge identificada como “Sociedade Editora”. É também o caso de uma outra empresa de Lisboa, com sede no Largo do Conde Barão, desde finais do século XIX até 1923, a Companhia Nacional Editora, homónima da empresa fundada por Monteiro Lobato poucos anos depois. Encontramos ainda a Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira, que funcionará durante todo o século XX e a Empresa Editora e Tipográfica O Recreio, de João Romano Torres – Editor. Note-se que é menos comum associar a palavra à empresa do que ao seu proprietário, entendido como profissional, como sucede com a Antiga Casa Bertrand, de José Bastos e C^a, editores, ou a Livraria Central, de Gomes de Carvalho, editor, ou o “Editor – Arnaldo Bordalo”.

As chancelas evidenciam duas realidades, a da empresa e a do profissional, que se estavam a afirmar num processo de transformação com velocidades desiguais, com vantagem para o profissional. Mas a referência, num caso e no outro significa que a edição é

entendida como actividade distinta do que ocorre nas tipografias, e que não é um serviço ocasional. Mais, começa a ser mais frequente ver editores (profissionais ou empresas) recorrerem a tipografias que as suas empresas não possuem. E que esse expediente venha apareça referido nos livros produzidos, marcando uma dupla responsabilidade. A Tipografia Lucas, de Manuel Torres, p. e., vai fazer nestes anos muitos destes trabalhos para editores diversos, mais distantes uns, como a Livraria Brasileira, de Monteiro e Companhia, mais próximos outros, como o seu irmão João Romano Torres. Para nos aproximarmos deste mundo em mudança, nos primeiros anos do século, tomemos o caso dos editores de Lisboa, cidade mais representativa no espaço português, com cerca de uma centena de empresas que neste período se dedicam à edição e onde também encontramos mais informação para editores concretos¹.

Uma grande fatia da produção dependia da Imprensa Nacional, cujo papel não era apenas o de divulgar publicações oficiais, apesar do peso que nos seus catálogos tinha a publicação de legislação, intervindo no mercado em géneros diversos. Algumas instituições têm o seu lugar específico como A Sociedade de Geografia ou Direcção Geral de Estatística. Na publicação científica destaca-se a Academia Real das Ciências, enquanto se multiplicam publicações muito variadas, de natureza religiosa católica ou evangélica, de natureza comercial, política, histórica ou literária. Vemos também pequenos editores que se especializavam em folhinhas com canções, anedotas, farsas, operetas, manuais, como Arnaldo Bordalo que imprimiu nesses anos centenas de títulos de poucas páginas, incluindo sucessos de Gervásio Lobato, entre outros.

Entretanto, algumas casas comerciais afirmavam-se tendo por base o gosto pelo romance europeu e a circulação internacional de livros e de textos que se traduziam². Entre estas, conta-se a Parceria A.M. Pereira, a “Antiga casa Bertrand”, de José Bastos, a Aillaud, A Minerva, a Guimarães, a Tavares Cardoso, a Empresa da História de Portugal, a Imprensa Lucas e também a Romano Torres. Uma grande parte destas Casas é constituída

1 Ver anexo.

2 O quadro de gostos da época não fica esclarecido apenas pelo que é publicado, mas também pelo que é disponibilizado em gabinetes de leitura. Eis dois exemplos, de 1916: os Gabinetes de Leitura Portuguesa da Livraria Universal de Armando Joaquim Tavares e o da Livraria Moraes de João Araújo Moraes. São dois gabinetes e livrarias onde se compram e se alugam livros. Têm algumas características e preços diferentes, com 2215 e 3616 títulos disponíveis na Universal e na Moraes, respectivamente, e o último também virado para livros franceses (a preços ligeiramente mais baixos). Entre os autores mais presentes nestes catálogos temos, no primeiro caso, Camilo, com cerca de 80 títulos, Verne, Paul de Kock e Ponson du Terrail, com cerca de 50 títulos cada. Outros romancistas são Xavier de Montépin, com cerca de 40, Perez Escrich, com 30, Dumas, com 26, e José Alencar, com apenas 3. No catálogo da Moraes, os autores mais presentes são Camilo, com 101 títulos, Alberto Pimentel, com 64, Dumas, 60, Paul de Kock, com 55, Escrich, com 54, Verne, com 50, Xavier de Montépin, com 43, Dubut de Laforest, com 38, Ponson du Terrail, com 35, Zola, com 33, Teófilo 31. Encontramos ainda Alencar, com 18 títulos, Machado de Asis com 16, Balzac, com 17, e existe ainda um exemplar de *O capital*, de Marx.

por pequenas empresas, com poucas encomendas e iniciativas, breves episódios que o nome da empresa por vezes denuncia, como a “Biblioteca de traduções”. Já as maiores fazem-se notar pela quantidade de edições, pela sua longevidade e pelos seus projectos.

Entre uns e outros define-se um mercado e impõem-se práticas. Estes editores percebem o terreno em que actuam. Marcam-no, posicionam-se no mercado internacional, e usam esse universo dirigindo-se tanto a leitores de paragens distantes como, sobretudo, a públicos locais. Os públicos distantes que alimentam as expectativas dos editores dizem respeito sobretudo às parcerias com editores em França e Brasil, ou aos escritórios abertos em cidades desses dois países. Mas também se conhecem casos pontuais, que foram fugazes sucessos de edição para públicos não portugueses. É o caso do empresário Estevão Nunes, proprietário de uma próspera papelaria, publicou para Moreira Freire, em 1908 e 1909, várias edições de pequenos livros de arte em francês.

São anos agitados do ponto de vista do comércio livreiro. José Bastos adquirira em 1893 a casa Bertrand e trabalha para recuperar o seu catálogo e as suas relações, dos dois lados do Atlântico, sendo sócio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco e associando-se a A. Lavignasse Filho, no Rio de Janeiro³. Em 1907, o seu catálogo tem cerca de 1200 títulos, gerindo a firma José Bastos e Companhia diversos fundos, o que ficara em poder dos descendentes dos antigos proprietários da livraria Bertrand, bem como o que havia sido alienado à sociedade sucessora, incluindo os fundos Rolland e Semiond. A casa é então conhecida como “Antiga Casa Bertrand”⁴.

As novidades sucedem-se. José Bastos começara a imprimir os seus próprios livros, tendo adquirido uma importante tipografia. Em 1910, a firma é dissolvida e a “Casa” adquirida por Júlio Monteiro Aillaud, reforçando a actividade livreira entre Paris e Lisboa, onde este livreiro francês estava estabelecido desde finais do século XIX. Aillaud estabelece então sociedade com Francisco Alves, com livrarias em diversas cidades brasileiras. A nova chancela tinha por nome “Antigas livrarias Aillaud e Bertrand” e por proprietários e editores, Aillaud, Alves e C⁵.

Nesses mesmos anos, entre 1910 e 1916, Francisco Alves estará também associado à Sociedade Editora Portugal Brasil, com José Bastos⁶. Várias modalidades de preencher um mesmo espaço e de responder a expectativas que vinham do século XIX, quando pequenos editores e tipógrafos de Lisboa já tinham os seus correspondentes no Brasil. Lucas Evangelista, p. e., é sócio, em 1874, no Maranhão, de José Marques, proprietário dos direitos da colecção *Educação Popular* para o Brasil. E mesmo a modesta Empresa

3 P. e., o livro *Sans famille*, de Hector Malot, é publicado para o Brasil e para Portugal em associação em 1897.

4 Ver Costa, 1900 e *Catálogo geral da Antiga Casa Bertrand*, 1907.

5 Sobre Francisco Alves, vd., p. e., Bragança, 1999: 451-476.

6 Com morada na Rua do Alecrim n.º 100, encontramos referência, para esses anos, seja à Sociedade Editora José Bastos, seja à Sociedade Editora Portugal Brasil.

de Publicações Populares em 1914 tem os seus correspondentes no Brasil. O sistema de entregas e de portes estava organizado, embora não saibamos se o volume de encomendas correspondia às expectativas que todos os editores punham no Brasil. No caso da Romano Torres temos alguns, poucos, dados. Sabemos que as vendas existem e que, na caixa de Julho de 1907, são reportadas vendas de J. Ribeiro dos Santos e J. Fonseca Saraiva no Brasil no valor de 98 mil reis. Tendo em conta o volume de negócios de que falaremos adiante, são resultados modestos⁷. Apesar disso, que essa relação era considerada importante para a Romano Torres, prova-o a presença na Exposição do Rio de Janeiro de 1908, onde a Editora seria premiada com a medalha de Ouro.

O que se passa com a Aillaud e Bertrand, a partir de 1910, é incomparável, considerando a sua dimensão e a rede triangular que estabelece, dos dois lados do Atlântico. O *Boletim bibliográfico* que a empresa publica em 1911-1914, bem como o *Catálogo geral das livrarias Aillaud e Bertrand* de 1914, mostram-nos uma actividade em grande expansão, seja em títulos, seja em objectivos. Tanto o *Boletim* como o *Catálogo* incluem muitos títulos e explicações em francês, pelo que se dirigem também a públicos de língua francesa, e não apenas a leitores portugueses interessados em livros em francês. O *Catálogo* de 1914 é claramente destinado a revendedores, com endereço telegráfico português, francês e brasileiro e códigos telegráficos para pedidos até 1000 exemplares por título. Tem cerca de 1500 títulos, incluindo mais de 500 romances e livros de aventuras e muitas colecções, visando públicos variados. Uma das colecções, a popular, que inclui *Conde de Monte-Cristo*, tem 50 títulos a \$20 (200 reis) cada um.

Este é um preço de referência da leitura barata que se mantém ao longo de várias décadas. Note-se que os preços dos mesmos títulos podem variar entre 200rs e 1000 brochados (edições em número de volumes e papel diferentes, com ou sem ilustrações). Nesse catálogo se incluem de novo produção própria e fundos diversos, incluindo a que resultara da aquisição do fundo de “A Editora”, em cujas oficinas os livros da Bertrand eram produzidos⁸. Estes fundos incluíam também muita importação francesa e também alguma brasileira. Por exemplo, têm em depósito livros de José de Alencar (a preços que vão de 200 a 800 reis), mas também em colecção própria, com *Iracema* (a 100 reis) na “Biblioteca Universal antiga e moderna”. Trata-se de uma colecção de 80 volumes de 128 páginas cada, assumidamente em “formato portátil para leitura no campo, nas praias, em viagem e caminhos de ferro”⁹.

A situação que aqui apresentamos sumariamente tendo como referência uma empresa forte no mercado e na vida cultural portuguesa, e com ligações com a França e o Brasil não é

7 Livro de Caixa (1907-1915) – PT/AHJRT/JRT/08/001 (cx. 67).

8 O que permitiu à empresa voltar a possuir directamente um parque gráfico que tinha perdido aquando da saída de José Bastos da empresa.

9 *Catálogo geral das livrarias Aillaud e Bertrand*, 1914.

generalizável, embora, como veremos adiante, em níveis e velocidades distintos, corresponda a uma reorganização das estratégias e do espaço editorial que se vive nesses anos. Certamente não se pode inventar um salto extraordinário da actividade editorial nestes anos. Pelo contrário, a julgar pelos dados estatísticos disponíveis, entre 1910 e 1920 as indústrias do papel, edição e impressão representam cerca de 3% da produção portuguesa e da população activa envolvida, sofrendo um pequeno decréscimo no final dessa década. A actividade do sector permanecerá na mesma ordem de grandeza durante toda a primeira metade do século¹⁰.

Lisboa com gente

Entretanto, há que perceber as tendências de evolução do potencial dos leitores disponíveis, incluindo os elementos de diferenciação introduzidos entre tipos de leitores (com benefício para certas áreas urbanas), mas também o modo como factores económicos gerais interferem na evolução do sector. Ou seja, devemos ter presente um conjunto de informações, tanto para entender o que muda, como para relativizar essa ideia, verificando as linhas de continuidade.

Entre 1900 e 1910, Lisboa passa de cerca de 350 mil habitantes para cerca de 480 mil. Nesses mesmos anos, embora seja difícil de determinar um salário médio por sector, dadas as disparidades (regionais, de género e entre trabalhadores especializados e aprendizes, nomeadamente crianças, com uma variação de 1 para 45 nos casos extremos), sabe-se que um servente de construção em Lisboa podia ganhar cerca de 450 reis de jorna. Valor semelhante era o da jorna do trabalhador dos sectores do vestuário, dos curtumes ou do tabaco. Em 1914 esses valores têm acréscimos acentuados, mas distintos, desde 20% nos curtumes, para 560 reis, até 60% nos tabacos, para 800 reis¹¹.

A utilidade destes elementos para a compreensão da actividade dos editores é manifesta. Em primeiro lugar, os números permitem entender a relação entre os custos dos livros, nas suas diferentes modalidades, bem como o volume de negócios das empresas livreiras, tendo em conta os preços dos livros baratos de que atrás se falou.

Em segundo lugar, os números permitem entrever o modo como, em Lisboa, por duas ordens de factores (demográficos e salariais) parcialmente se cria uma disponibilidade de novos compradores de livros. O quadro não é simples, quando se verifica que uma família operária gastava tendencialmente menos 10% em alimentação em Lisboa do que em Braga (65% contra 75%) e pagava tendencialmente mais em despesas de habitação

10 Aguiar e Martins, 2005: 185-226.

11 Vd. "Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado" (1909-1910) e comparações feitas por Cabral, 1977. Em 1914, entre outros profissionais, vale a pena mencionar a jorna de 750 reis dos trabalhadores dos transportes, os 630 dos trabalhadores do vestuário, os 610 dos trabalhadores das artes gráficas, os 540 dos trabalhadores de hotelaria e restauração, ou os 500 dos trabalhadores da indústria do papel.

(incluindo aquecimento e iluminação). Mas essa diferença, mesmo quando é patente nos inquéritos a insuficiência dos rendimentos das famílias, gera uma disponibilidade potencial que pode ser compreendida num plano mais geral do espaço urbano, nomeadamente face a expectativas de mobilidade e distinção social. É o que pensa Villaverde Cabral quando fala da possibilidade que o trabalhador em Lisboa tem de dispensar dinheiro “para roupa, calçado, higiene, e até para a escola do miúdo”¹².

Finalmente, ficamos com uma noção do movimento de salários entre 1909 e 1914, em comparação com o movimento de preços, que, sobretudo entre 1914 e 1916, têm uma variação de 37%, depois de 15 anos de relativa estabilidade¹³. Os dados mostram, pois, uma não correspondência cronológica entre os aumentos salariais, que antecipam em vários anos as crises monetárias e a carestia. Pode-se, assim, também, pensar os valores apurados nas contas de uma empresa livreira, face, numa primeira fase, a uma maior disponibilidade económica de sectores em crescimento da população de Lisboa e, numa segunda fase, face a uma forte taxa de inflação, a partir de 1914. Lembremos as subidas dos preços dos bens essenciais em Portugal, em 1915, e os tumultos que originaram.

Um caso concreto: a Romano Torres e Companhia

No cenário descrito, interessa verificar como funciona e como sobrevive uma empresa média de edição, como se monta e como ultrapassa as contingências económicas desse período, na estrutura em que assenta, nos seus processos, e também nos seus resultados. A existência de um arquivo relativamente bem preservado permite-nos ver, para o período de 1907 a 1916, alguns dados da empresa João Romano Torres e Companhia. A empresa vinha de trás, como se sabe, remetendo para 1885 a data da sua fundação, Embora o editor João Romano Torres tenha uma experiência anterior, desde 1870, de que sobrevivem alguns testemunhos, com a chancela “Rocha Torres”. Mas em 1907 o editor João Romano Torres transforma a sua sociedade, a Empresa do Recreio, e abre-a ao filho, Carlos Bregante Torres¹⁴. A sua sede ficava na Rua Alexandre Herculano, 120, onde ainda continuava a funcionar a Tipografia d’O Recreio¹⁵.

No gráfico 1 vê-se a estrutura do capital da empresa, entre 1907 e 1916¹⁶.

12 Vd. Cabral, 1977: 113.

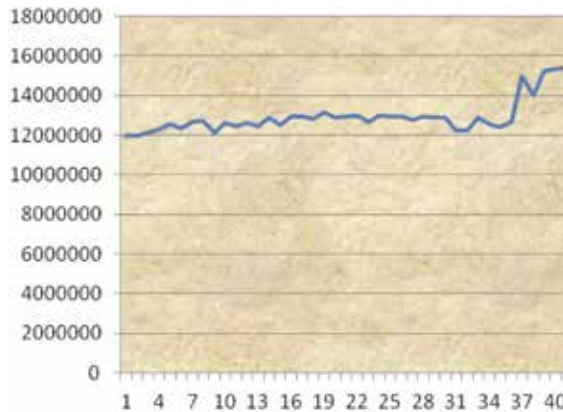
13 Cf. Mata e Valério, 1994: 279-280.

14 Ver também Melo, 2014.

15 Tendo passado pouco tempo depois para os números 70 a 76 da mesma rua.

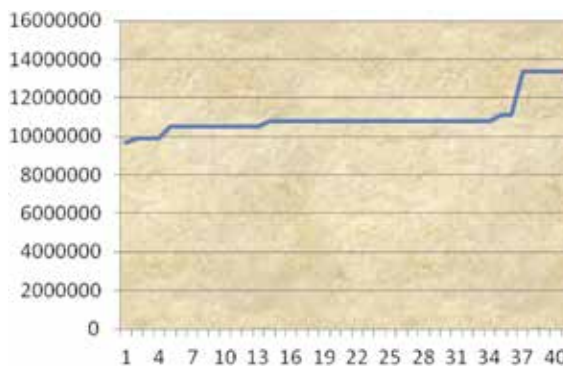
16 Os gráficos que se seguem estão todos construídos em milhares de reis, apesar da mudança, decidida em 22/5/1911, instituindo o escudo como moeda oficial. Toda a contabilidade passa a ser processada em escudos a partir de Julho de 1913, mas a conversão directa permite-nos apresentar uma evolução coerente, mantendo a referência a milhares de reis.

Gráfico 1. Capital da empresa João Romano Torres & C^a (em milhares de reis, 40 trimestres)



Em 1907, o capital da empresa foi estabelecido em 12 contos de reis (2/3 pertencentes a João Romano Torres e 1/3 ao seu filho), valor que se mantém relativamente estável até 1915, quando se verifica um aumento brusco, para valores próximos dos 15 contos de reis, em correlação com a depreciação da moeda em Portugal. O aumento de capital resultou da forte actualização do valor atribuído às obras impressas em armazém, em Dezembro de 1915, que passou de 11 100\$00 para 13 339\$52 (gráfico 2)¹⁷.

Gráfico 2. Valor de obras em armazém, estimado trimestralmente para cálculo de capital(em milhares de reis / 40 trimestres)



¹⁷ Equivalentes a 11100 mil reis e 13339 mil, 520 reis, já convertidos em escudos.

A actualização não significa a revisão dos preços dos títulos à venda, dado que, apesar dos índices da inflação, não verificamos fortes diferenças no custo dos livros, nesses anos. Pelo contrário, todos os exemplos que podemos levantar, seja na evolução de venda de obras em armazém (catálogos de livrarias com obras em depósito ou alfarrabistas), seja nos preços de obras com continuidade de publicação, a estabilidade é a norma e, no caso dos depósitos com obras publicadas nos últimos vinte ou trinta anos, verifica-se até a compreensível venda por preços mais baixos. A actualização do capital, nesta rubrica, te, assim, para além da sua natureza contabilística, justificação na produção continuada e na identificação desse resultado. Apenas para se ver um exemplo, associado à família de Romano Torres, registre-se que o preço da *Enciclopédia das famílias* se mantém em 1917 (com o editor Manuel Lucas Torres, irmão de João Romano Torres) igual ao de 1901, ou seja, 100 reis por número e 800 pela assinatura anual de 12 números de 160 p. (quando o mesmo editor tinha como chancela "Lucas & filho", por referência à editora criada pelo pai Lucas Evangelista Torres). Quanto ao valor de obras conservadas em depósito, basta seguir os catálogos que a Imprensa Nacional foi actualizando, desde o século XIX, para ver, não apenas a manutenção de valores, mas também a presença de obras que entretanto também aparecem, por menor preço, em alfarrabistas, em 1915 ou 1916.

Mantem-se entretanto constante o valor atribuído a maquinaria e material. A empresa disporá, ao longo de todo este período, de duas Máquinas de impressão Werk-Augsburg, avaliadas em 1400 mil reis e 500 mil reis), uma guilhotina e um motor a gás (200 mil reis cada um). O mobiliário está avaliado em 300 mil reis. O valor que varia, além das obras impressas, é o da rubrica "material tipográfico e acessórios, mas apenas em 1907, passando de 400 mil reis para pouco menos de 660 mil reis. Fica-se com a ideia de que, independentemente da aquisição de novo material (tipos, p. e.), esta rubrica tem, também, um valor essencialmente contabilístico.

Em contrapartida, o passivo vê crescer os valores dos aceites relativos à aquisição de papel, desde Junho de 1914, ultrapassando os 1810\$99, e tendo como ponto mais alto em Março de 1916 com 2582\$57 (gráfico 3). Ou seja, é inevitável o reconhecimento do aumento de dívidas, dada a alteração, seja do preço do papel, seja sobretudo, do volume da produção, aumento que tem de ser compensado pela forma de cálculo do activo. Mas esses números são perfeitamente equilibrados, apesar da turbulência do período posterior a 1914, e dão essencialmente conta de uma evolução positiva do negócio.

As modalidades de pagamento do papel têm implicações no cálculo do passivo, mas compreendem-se de outro modo, quando analisado o conjunto de despesas da empresa, agora já não numa evolução trimestral, mas mensal. No gráfico 4 vemos representados 120 meses de despesas, onde o papel é o elemento em destaque.

Gráfico 3. Valor do passivo trimestral
(em milhares de reis / 40 trimestres)

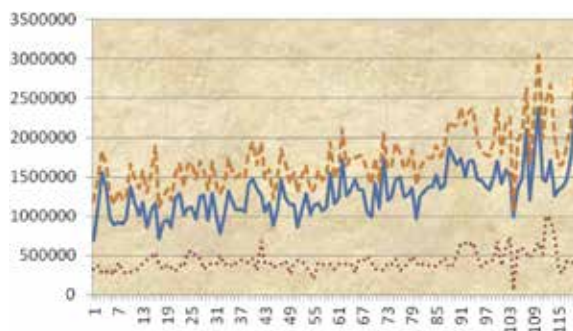


Durante este período e ainda por muitos anos, o papel de impressão para livros e fabrico de cartolinas de cor é assegurado pela Firma Guilherme Graham Jor. & C^a. – “Fábrica de Papel da Abelheira”, em Loures¹⁸. Essa Fábrica foi praticamente a única fornecedora, fiel e regular. Entre as poucas exceções estão algumas compras a Paulino Ferreira, respeitantes a cartão e papel de maior gramagem, nomeadamente para capas, e a Nunes de Carvalho, a quem a Romano Torres compra, em Abril de 1907, 175 mil reis de papel expressamente para as obras *Rainha e mendiga* e *Mistérios do povo*.

A Fábrica da Abelheira fornecia o papel encomendado e enviava os aceites, pagos a 90 dias pela Romano Torres. Durante todo o período analisado, essa relação e procedimento não se quebram, sendo patente a constante evolução. Os números referentes a estas transacções correspondiam a cerca de um terço das despesas regulares da editora, tendo picos excepcionais de cerca de 40% no período de maior turbulência económica do país. O certo é que este volume de despesas não parece afectar o normal crescimento da empresa, e nem os anos de decréscimo da actividade económica em Portugal a terão prejudicado significativamente. Lembremos que, entre 1913 e 1918, o PIB em Portugal reduziu-se em 12% e o peso da actividade papeleira e editorial, nesses anos, terá sofrido um ligeiro decréscimo.

18 Em PT/AHJRT/JRT-F-01-001. Vd. também <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/arquivo/index.php/txdg3;isad>> para períodos posteriores. Sobre a Fábrica da Abelheira ver Sequeira, 1935.

Gráfico 4. Evolução mensal dos pagamentos
(excluindo distribuição de lucros a accionistas)



... pagamentos de papel; – pagamentos de despesas gerais; -- total de pagamentos

Neste gráfico vemos a evolução mensal dos pagamentos feitos pela empresa, com exceção dos feitos aos sócios relativos aos lucros obtidos, entre Janeiro de 1907 e Dezembro de 1916 (120 meses). As despesas com papel são regularmente abaixo de 400 mil reis mensais, com maiores variações apenas no último ano e meio. Os pagamentos de papel em Maio de 1915 chegam aos 670 mil reis e atingiram o seu máximo para este período em Maio e Junho de 1916, com pagamentos mensais de c. de 1 conto de reis.

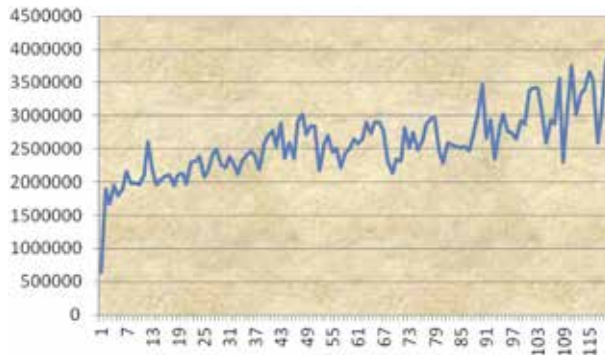
O conjunto das despesas gerais sobe lentamente até maior variação a partir de 1914, com picos acima dos 2000 mil reis já em 1916. Nestas despesas, ocupam lugar modesto os custos com o arrendamento dos imóveis que a empresa ocupa. Por semestre são pagos 200 mil reis (em Maio e Novembro), para renda de loja e armazém, embora o livro de caixa não registe de modo sistemático esta despesa autonomamente. Como termo de comparação, lembremos que o valor de 100 reis diários que uma família modesta pagava pela habitação em Lisboa correspondiam, semestralmente, a uma renda de 18 mil reis, e que um sapateiro pagava 35 mil reis, no mesmo período de seis meses, pelo aluguer de uma grande divisão com porta para a rua¹⁹.

Também não é claro o peso que tinha nas contas as obras que eram impressas noutras tipografias. Como vimos, a empresa possuía um equipamento que lhe vinha do tempo da empresa anterior e que aliás continua a ser referida, durante alguns anos, nas obras produzidas, como Tipografia d'O Recreio. Mas em breve recorrer-se-á também à Tipografia Manuel Lucas Torres, irmão de João Romano Torres. É o caso de vários pequenos livros, de menos de 50 páginas, editados em 1912, como *A flor da murta* e *A Ribeirinha*, ambos de Rocha Martins.

19 Ver Cabral, 1977: 113-119.

Vejamos agora a evolução do conjunto das receitas (gráfico 5).

Gráfico 5. Receitas mensais (em milhares de reis)



Para ajuizar o significado destes números, deve-se ter em conta que os preços dos livros permanecem quase inalterados desde finais do século XIX. As receitas nominais cresceram regularmente ao longo destes 10 anos, sabendo nós que essa evolução não pode ser imputada à inflação, o que é seguro para o período anterior a 1914, pelo menos. As vendas vinham de trás, como vimos, já que a empresa tinha um importante depósito de livros publicados anteriores à constituição da nova empresa. O exemplo maior é o dicionário *Portugal*, de que dois dos tomos estavam à venda antes de 1907²⁰. Mas o crescimento imediato mostra que não se sobrevivia apenas do que tinha sido editado.

No conjunto das receitas, aquilo que corresponde às vendas no estrangeiro e na província tem um peso modesto. Já atrás se mencionou a entrada de 98 mil reis de vendas no Brasil em Julho de 1907. É raro a caixa ter essa especificação. Mas esse caso corresponde apenas a menos de 5% do total das receitas desse mês. Quanto às vendas pela agência no Porto, que não sabemos se incluem ou não vendas para outras cidades no norte do país, correspondem regularmente a menos de 10% das receitas globais, oscilando entre 6 e 10%, com um pico excepcional de 11% em Janeiro de 1916. Não temos informação para as receitas provenientes das vendas nas colónias, nesses anos.

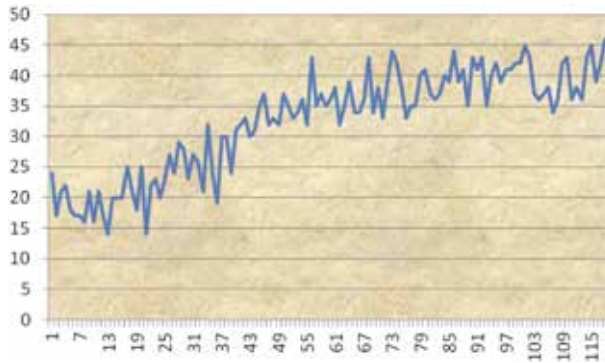
Para além das vendas na loja em Lisboa e das somas recebidas da parte de outras empresas, livreiros ou correspondentes, o mais significativo é destacar aquilo que corresponde às vendas por assinatura (gráfico 6).

²⁰ *Portugal*, 1904-1915, 7 vols.

Gráfico 6. Receitas com assinaturas (em milhares de reis)

Importa, pois, verificar como sobrevive e como evolui um sistema de vendas que é também um sistema de edição, na medida em que as obras são impressas e pagas de modo faseado no tempo, mas também qual é o peso desse sistema na actividade da empresa. Isso diz-nos, por um lado, da base de sustentação regular e da viabilidade da empresa, mas também do modo como se produz para públicos que podem ter mais dificuldade em pagar de uma só vez as obras que adquirem, seja romances, dicionários ou obras práticas.

A evolução é inequívoca em termos absolutos. Se em Dezembro de 1907 passa pontualmente a barreira dos 500 mil reis de receitas por esta via (554880 reis), a partir de 1909 sobe regularmente para valores mensais acima dos 600 mil reis, superando o milhão, pela primeira vez, em Novembro de 1910. No final desta amostra assiste-se a uma grande variação, quase sempre acima desse patamar, com valores que chegam a superar os 1700 mil reis. O que é mais significativo é verificarmos que não se trata apenas de uma evolução nominal: o crescimento das receitas com assinantes é, por tendência, superior ao crescimento geral das receitas, mostrando a relevância desse sistema na saúde económica da empresa. O peso das assinaturas passa de valores na ordem dos 15-25% do total das receitas nos primeiros anos considerados, para valores sempre acima dos 30% em 1910, amiúde acima dos 40% desde 1913 (ver gráfico 7).

Gráfico 7. Percentagem das assinaturas no volume global de receitas

Aquilo que aqui notamos como forte base da actividade da Romano Torres entre 1907 e 1916 corresponde a uma prática generalizada, mas com diferenças. Nas primeiras décadas do século XX, o próprio sistema de assinaturas de João Romano Torres tinha distinções. A *Anna Bolena* de Ramon de Luna custava 20 reis o fascículo, tal como *A San Felice*, de Dumas (100 reis o tomo), enquanto o *Bocage* de Rocha Martins custava 40 reis o fascículo e 200 reis o tomo, tal como *As damnadas de Paris*, de Jules Mary. A diferença dos preços semanais e mensais não têm relação necessária com diferença de preços finais, dado que uma obra pode levar mais ou menos tempo a ser completada. Nos dois exemplos anteriores, enquanto o livro de Jules Mary custava 1200 reis brochado, o de Rocha Martins custava, completo e brochado, 2400 reis e encadernado 3000. Já com *Os dramas de Paris*, de Ponson du Terrail, em edição “artística”, de acordo com a publicidade, cada fascículo custava 50 reis e cada tomo mensal 300. Cada volume, de 10, custaria 1500 reis em brochura e 2000 encadernado. De notar que a publicidade podia mencionar apenas o custo de cada tomo mensal. É o que acontece em 1915, quando a Romano Torres promove simultaneamente cinco romances, entre os quais *A mulher imortal* de Ponson du Terrail e *Napoleão*, de Roger Peyre, todas ao mesmo preço mensal de 100 reis, sem referir o preço da obra completa ou, informação equivalente, o tempo da assinatura.

As formas de publicitação também diferiam, já que num anúncio de 1912, inserido na capa posterior de *A flor da Murta* de Rocha Martins, se mencionam cerca de três dezenas de títulos, de cinco diferentes colecções, com os seus preços finais, distinguindo apenas entre os preços em brochura e em encadernação. A colecção mais barata era a dos Manuais populares, onde cada volume custava apenas 100 reis. Mas enquanto nesse

momento, as obras de Perez Escrich custavam todas 500 reis por volume²¹, as de Rocha Martins variavam entre os 100 reis (a referida *Flor da Murta*, ou *A Ribeirinha*) e os 4800 reis da *Maria da Fonte* em 2 volumes, em brochura e amplamente ilustrado por Roque Gameiro, obra que já justificava a venda em assinaturas. Aliás, num catálogo cerca de dez anos anterior a esse, esta obra aparece referida como de “assinatura permanente”. Ou seja, está disponível, como se percebe, em assinatura, para além do seu período de lançamento.

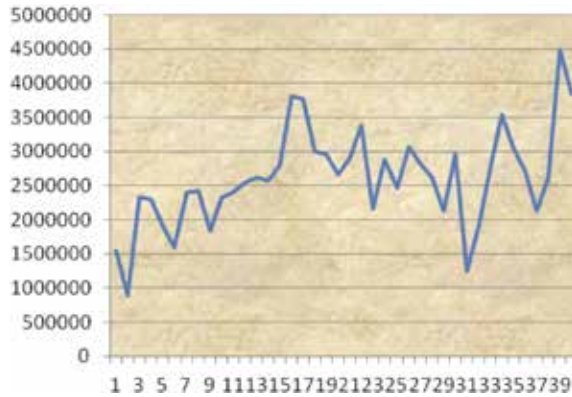
Já a Empresa da História de Portugal usava este sistema para obras mais luxuosas. Editava fascículos semanais de 16 p. a 60 reis, tomos mensais de 80 p., a 300 reis, resultando, p. e., nos dois volumes in 4º, de 900 p. da edição grande das Obras de Garrett. Em simultâneo, lança-se a edição popular, in 8º, papel mais vulgar, a 200 reis o volume, outro modo de fasear os pagamentos pelos compradores, resultando numa despesa menor para o conjunto da obra. Outras edições podiam ser ainda bem mais económicas. Na colecção de autores célebres, onde se vendiam as obras de Victor Hugo, cada volume de 160 p. custava 60 reis (70 para a província). *Os miseráveis*, p. e., contaram 16 volumes que, no total, custariam só 960 reis (ou 1120 na província). Mas este é um preço excepcional, no mesmo momento em que o editor dessa colecção tem outras que classifica de económicas e que custam 200 reis cada volume²².

Neste aspecto, a Aillaud e Bertrand tem opções um pouco diferentes. Não recorre de modo tão sistemático ao sistema de assinaturas, e usa-o para obras como a *Enciclopédia de aplicações usuais*, de João Bonança (num único volume), que em 1911 custa encadernado 2000 reis. Cada fascículo de 16 p. custava 30 reis e cada tomo de 80 p. custava 150 reis. Metade do que custava, poucos anos antes, na mesma casa Bertrand, *A mulher médica de sua casa*, de Anna Fischer Duckelmann, também disponível por assinatura. Vemos, pois, como se tinha generalizado deste tipo de venda embora com pesos diferentes de editora para editora, e dentro da história da mesma editora.

Voltamos à Romano Torres para verificar os resultados destes anos. Ao seguirmos as receitas e as assinaturas, subsiste a possibilidade dos números obtidos expressarem alguma instabilidade financeira e monetária que, sobretudo a partir de 1915, se notou em Portugal. Na evolução da distribuição dos lucros dos accionistas essa imagem é clarificada, com a salvaguarda de que estamos a considerar dados nominais, com um significado a relativizar para os dois últimos anos da amostra (gráfico 8).

21 Entre os quais *A mãe dos desamparados*, em 5 volumes (custando, por conseguinte, 2500 reis), romance muito lido nas duas margens do Atlântico. Vd. Pinheiro Filho, 2006.

22 Anúncios de 1907. Ver também, Marques, 1935.

Gráfico 8. Lucros trimestrais dos accionistas (em milhares de reis)

A evolução não é tão linear como a que se nota nos quadros anteriores, embora sempre positiva. Vemos o crescimento inicial, até 1910, um decréscimo logo a seguir, com alguns trimestres abaixo dos 2 milhões de reis de lucro na segunda metade de 1914, e nova subida correspondendo ao período de maior instabilidade monetária e inflação. O certo é que a própria estrutura accionista se modificou nesse período. Até ao final de 1915, João Romano Torres tinha uma posição preponderante e os lucros eram distribuídos com o filho de acordo com as percentagens seguintes. Nos primeiros 150 mil reis de lucro, o pai tinha direito a 10% e o filho a 90%. Mas em todo o lucro restante as posições invertiam-se em 65% contra 35%. De que resulta que, sendo esse restante normalmente pelo menos dez vezes superior à parcela fixa, os rendimentos atribuídos ao pai eram sempre muito maiores do que os do filho.

Em Março de 1916, pela primeira vez, os dois sócios passaram a receber os lucros em partes iguais. Esta alteração não pode estar relacionada com o receio causado pelo recuo dos rendimentos, por parte de Carlos Bregante Torres, dado que a estrutura inicial, mais complexa, lhe assegurava justamente um rendimento mínimo em caso de fortes quebras. As duas leituras possíveis vão noutro sentido. Por um lado, se fazemos alguma associação entre as tendências dos resultados da empresa e a distribuição acordada, ela só pode indicar uma expectativa de crescimento, nomeadamente da parte de João Romano Torres, podendo não perder uma quota significativa.

A outra leitura é a da afirmação da empresa em novas bases, quase 10 anos depois de constituída, com o reconhecimento do papel dos seus administradores. Ou seja, no momento em que João Romano Torres já tinha cumprido mais de 30 anos como editor, o sucesso da nova empresa parecia consolidado e estava a conseguir ultrapassar os primeiros obstáculos. Ultrapassaria, como várias outras, os turbulentos anos de 1914

a 1920. Continuava a apostar no mesmo tipo de gosto, no mesmo tipo de leitores, nos mesmos géneros, nos romances franceses e espanhóis, no romance histórico português, e nas obras de referência, com que entretinha e formava os seus leitores²³.

Bibliografia

a) fontes primárias

Arquivo Romano Torres (AHJRT) – documentos consultados:

Caixa (1907-1915) – PT/AHJRT/JRT/08/001 (cx. 67)

Caixa (1915-1923) – PT/AHJRT/JRT/08/002 (cx. 67)

Inventários e balanços (1907-1919) – PT/AHJRT/JRT/05/001 (cx. 65)

Diário (1907-1928) – PT/AHJRT/JRT/10/001 (cx. 71)

Boletim bibliographico das antigas livrarias Aillaud e Bertrand (1911-1914), Lisboa, Typographia José Bastos.

Catalogo geral da Antiga Casa Bertrand (1907), Lisboa, Companhia «A Editora».

Catalogo geral das livrarias Aillaud e Bertrand (1914), Lisboa, [s.n.].

COSTA, José Fernandes (ed. lit.; 1900), *Almanach Bertrand*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, a.1.

MARQUES, Henrique (1935), *Memórias de um editor*, Lisboa, Livraria Central Editora.

Portugal: dicionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico, (coord. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues), 7 vols., Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915.

b) estudos

AGUIAR, Álvaro, MARTINS, Manuel M. F. (2005), “A indústria”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (eds.), *História económica de Portugal 1700-2000*, vol. 3, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 185-226.

BRAGANÇA, Aníbal (1999), “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”, in Márcia Abreu (org.), *Leitura, história e história da leitura*, São Paulo e Campinas, Mercado das letras, ALB, FAPESP, p. 451-476.

CABRAL, Manuel Villaverde (1977), *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença.

PINHEIRO FILHO, José Humberto (2006), “Os romances de Enrique Perez Escrich: cotidiano de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará” [dados para 1878/1879], in *Lugares e Caminhos do Romance - Séculos XVIII e XIX. Trocas e Transferências Literárias e Culturais [Abril 2006]*, s.l., s.n., s.p. <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>.

MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1994), *História económica de Portugal*, Lisboa, Presença.

MELO, Daniel (2014), “Romano Torres – a case study of a Portuguese publishing house”, *Logos-Forum of the World Book Community*, vol. 25, n.º 2 (Maio/Junho), p. 28-38, ISSN 0957-9656.

²³ Ver também, no âmbito deste projecto, Melo, 2014.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1935), *A Abelheira e o fabrico de papel em Portugal*, Lisboa, Tipografia Portugal.

Anexo

101 empresas de Lisboa com livros, jornais ou folhetos publicados (1900-15)

- Academia Real das Ciências,
- Almeida, Miranda & Sousa,
- Antiga Casa Bertrand – de José Bastos,
- António José de Sousa,
- Arnaldo Bordalo,
- Associação dos Arqueólogos Portugueses,
- Baptista Torres & Cia.,
- Biblioteca de traduções,
- C. P. e M. Pinto Vieira,
- Campos Júnior,
- Casa Portuguesa,
- Casa Ventura Abrantes,
- Centro Tipográfico Colonial,
- Companhia Nacional Editora,
- Companhia Typographica,
- Direcção Geral de Estatística,
- Empresa de Publicações Populares,
- Empresa Democrática de Portugal,
- Empresa do Ocidente,
- Empresa Editora e Tipográfica O Recreio, desde 1907 João Romano Torres e C^a.,
- Empresa Literária Fluminense,
- Empresa da História de Portugal,
- Escriptorio,
- F.A. Martins,
- Ferreira & Oliveira,
- Francisco Pastor,
- Francisco Simões Ratola,
- Ilídio Analide da Costa,
- Imprensa de Libanio da Silva,
- Imprensa Ottopográfica
- Imprensa Lucas, ou Imprensa de Manuel Lucas Torres,
- Imprensa Nacional,
- Jules Deligant,
- João de Saldanha Oliveira e Sousa,
- João Nobre,
- A Liberal,
- Lithographia de Portugal,
- Livraria Aillaud,
- Livraria Antiga e Moderna,
- Livraria Brasileira, de Monteiro e C^a.,
- Livraria Central de Gomes de Carvalho,
- Livraria Clássica Editora, de A.M. Teixeira
- Livraria e Typographia de F. Silva,
- Livraria Editora Guimarães, ou Guimarães Editores,
- Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmãos ver tb viúva Tavares Cardoso,
- Livraria Fenix,
- Livraria Ferin,
- Livraria Ferreira,
- Livraria José António Rodrigues,
- Livraria Moderna Editora, ou A Editora,
- Livraria Pereira da Silva,
- Livraria Popular de Francisco Franco,
- Livraria Profissional,
- Lithografia Netto,
- A Malva,
- Manuel Gomes,
- Mário Costa,
- Mattos Moreira,
- Mello d’Azevedo,
- Minerva do Comércio,
- Minerva Lisbonense,
- Minerva Peninsular, João Alberto dos Santos,
- Officina a vapor da Papelaria Estevão Nunes, (vd. tb. Estevão Nunes & filhos)
- Olympio Figueiras,

- Papelaria e Typographia Paulo Guedes & Saraiva,
- Papelaria Progresso,
- Parceria A.M. Pereira
- Portugal Agrícola,
- Raul J. Gil,
- Santos & Vieira,
- Sociedade de Geografia,
- Sociedade Editora Portugal – Brasil,
- Thomaz R. Mathias,
- Typographia Adolpho de Mendonça,
- Typographia Almeida Machado,
- Typographia Artística,
- Typographia Belenense,
- Tipografia Castro & irmão,
- Typographia Christovão A. Rodrigues,
- Tipografia da Cooperativa Militar,
- Typographia da Empresa d'O Século,
- Typographia da Papelaria Palhares,
- Typographia da Rua da Escola Polytechnica,
- Typographia de Francisco Luiz Gonçalves,
- Typographia de Francisco Manuel Pereira,
- Typographia de J.F. Pinheiro,
- Typographia de Thomaz Pereira,
- Typographia do Anuário Commercial,
- Typographia do Commercio,
- Typographia do Pimpão,
- Typographia e Lithographia de Ricardo de Sousa & Salles,
- Typographia Elzeveriana,
- Typographia Fernandes & Fernandes,
- Typographia Guttenberg,
- Typographia João Ferreira de Medeiros,
- Typographia L. Lallemand,
- Typographia Lusitana Editora de Arthur Brandão,
- Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Souza & irmão,
- Tipografia Moralizadora,
- Tipografia Portuguesa,
- Typographia Universal.